

NA DIVERSIDADE É QUE CONSTRUÍMOS A IGUALDADE: ACESSIBILIDADE E DEFICIÊNCIA VISUAL

Simoni Tedesco¹

<http://lattes.cnpq.br/0126978649992147>

Fludualdo Talis de Paula²

fludualdo@gmail.com

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é um relato de experiência mediante as ações realizadas pelo Núcleo de Acessibilidade de Deficiência Visual do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Oeste-Sudeste durante o ano letivo de 2022.

Atualmente o município de Juiz de Fora MG, tem como referência ao Atendimento Educacional Especializado quatro unidades do CAEE, que são instituições públicas que ofertam atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação da rede municipal (Brasil, 2011). O CAEE Oeste-Sudeste é referência no atendimento à Deficiência Visual.

É importante pontuar que a Deficiência Visual abrange um amplo público composto por pessoas com cegueira e baixa visão ou visão subnormal. De acordo com o Decreto nº 3.298/99, Decreto nº 5.296/04 e a Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, que classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual, conceitua-se como Deficiência Visual:

Baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica.

Considera-se também baixa visão quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus ou ainda quando ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores necessárias à utilização de recursos específicos. Na baixa visão, o processo educativo se desenvolverá por meios visuais, ainda que seja necessária a utilização de recursos específicos.

¹ Mestranda em Educação (UFJF); graduada em Pedagogia(CES/JF) e em Letras Libras (UFJF); Especialização em Educação Especial em contextos escolares (UFJF) e em Alfabetização e Letramento (UFSJ). Professora contratada de Braille atuando no núcleo de deficiência visual e informática acessível da rede municipal de Juiz de Fora. E-mail: simonitedesco86@gmail.com

² Professor efetivo atuando no núcleo de deficiência visual e informática acessível da rede municipal de Juiz de Fora e audiodescrição das propostas da mesma rede municipal.

Cegueira: na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. (Brasil, 2021)

Há uma enorme distância entre as especificidades das pessoas com baixa visão e cegueira. A baixa visão acomete parte do campo visual e pode ocorrer de diversas formas e níveis, sendo necessário analisar cada indivíduo para compreender qual vai ser o melhor método ou forma para promover a acessibilidade de maneira significativa. Já a cegueira inibe praticamente toda a possibilidade de enxergar.

Segundo Domingues (2010)

Estima-se que somente 10% do segmento de pessoas com cegueira não apresenta nenhum tipo de percepção visual, pois a maioria delas revela a presença de algum resíduo de visão funcional, mesmo que seja apenas para detectar pontos de luz, sombras e objetos em movimento. (Domingues, 2010, p.30)

Algumas das enfermidades que causam baixa visão são a retinopatia da prematuridade, a retinocoroidite macular por toxoplasmose, o albinismo, a catarata congênita, a retinose pigmentar, a atrofia óptica e o glaucoma. Algumas dessas enfermidades podem levar à cegueira adventícia, adquirida em qualquer momento da vida.

As causas da cegueira podem ser distintas, algumas pessoas nascem cegas ou perdem a visão nos primeiros meses ou anos de vida, essa condição se denomina cegueira congênita. A Deficiência Visual, por sua vez, pode ser caracterizada pela redução da capacidade visual em um ou nos dois olhos de maneira determinante a ponto de não ser possível reverter através de intervenções cirúrgicas, clínicas ou por meio de auxílios ópticos. É considerada Visão Monocular pessoas com acuidade visual inferior ou igual a 20% em um dos olhos, enquanto o outro mantém os níveis de visão considerados dentro da normalidade.

Com o retorno das aulas presenciais, após os alunos e professores vivenciarem os desafios atribuídos pelo ensino remoto, que ocorreu durante a pandemia de covid19, mediante as barreiras que foram impostas aos estudantes, principalmente aos com restrições do sentido visual, em meio as comunicações que aconteciam, na maioria das vezes através das telas, agravou a necessidade de conduzir uma proposta de trabalho significativo para fortalecer e ampliar a acessibilidade dos alunos com Deficiência Visual.

O núcleo de Deficiência Visual iniciou suas atividades no ano de 2020, em meio ao contexto pandêmico que trouxe inúmeras mudanças, em especial para o atendimento dos alunos público da inclusão. Diante de tantas adversidades foi necessário reinventar as ações na busca de promover a participação desses alunos.

Após o longo processo de ensino remoto e posteriormente ensino híbrido, em 2022, devido ao aumento das demandas relacionadas a Audiodescrição (AD) e Deficiência Visual (DV), foi necessário repensar estratégias para expandir os atendimentos aos alunos com Deficiência Visual e fortalecer as ações do núcleo que atualmente é composto pelos professores Audiodescritores nas respectivas funções: Professoras Aline Pedrete, Rita Matheus, Simoni Tedesco e Ivana Telles (Colaboradora) responsáveis pelo Roteiro, Narração e Edição de Vídeos; professor Fludualdo Talis de Paula como Consultor e Editor de Áudio.

Além da AD, o Núcleo de DV contempla outros trabalhos em parceria com a rede municipal de Juiz de Fora a saber: formações compartilhadas com o Centro de Formação do Professor; Visitas e participação em reuniões pedagógicas; Parceria com as professoras das salas de AEE para mediar ações com alunos com DV; construção de materiais pedagógicos adaptados, acessibilidade em teatros, exposições, ampliação de livros didáticos, etc.

A potência das ações desenvolvidas pelo Núcleo de DV proporcionam acessibilidade a uma boa parcela dos estudantes da rede municipal e outras pessoas com Deficiência Visual, considerando que perpassam o espaço do CAEE, marcam a história da Educação Especial no município de Juiz de Fora, através das ações e parcerias firmadas com escolas, Secretaria de Educação (SE) e projetos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Sobretudo, buscamos que essas ações sejam amplamente divulgadas e ganhem maior visibilidade para que as propostas do Núcleo de DV sejam ampliadas através de novas parcerias visando a inclusão das pessoas com deficiência, em especial Deficiência Visual.

2. METODOLOGIA DO TRABALHO

Com o crescente uso das novas tecnologias, no início da pandemia de COVID-19, houve a necessidade de buscar recursos para acessibilizar a inclusão das pessoas com deficiência (PCD). Diante das demandas, para continuar as aulas nas instituições de ensino e também as formações, o município de Juiz de Fora

optou pelo modelo de aula remota, que naquele momento foi muito oportuno para continuar a interação entre as pessoas. No entanto, esse modelo de comunicação não favorece a todos, principalmente às pessoas com DV e surdez.

Diante disso, foi necessário rever e repensar algumas ações na tentativa de tornar esses momentos possíveis para a participação e interação de todos. As *lives* eram uma opção em meio ao caos do isolamento, e começaram a contar com apoio dos Intérpretes de LIBRAS, contemplando assim as pessoas Surdas usuárias da Língua de Sinais e também legendas que é um recurso de acessibilidade que nem sempre contempla as pessoas Surdas devido a velocidade das interpretações que estão numa língua secundária.

As pessoas com DV ainda estavam aquém do uso de recursos visuais muito utilizados nesses encontros virtuais. Dessa forma, com o apoio e supervisão do professor Fludualdo, surgiu a oportunidade de trazer a AD para as *lives* ofertadas pela rede. Tudo isso foi o início dessas ações que agora são contempladas em muitas das *lives* ofertadas pelo canal do *youtube* “Anunciar: tempo de cuidar, aprender e transformar SE/PJF” e que são de grande importância para as ações inclusivas de nossa rede de ensino. Atualmente o CAEE Oeste Sudeste, em parceria com a Secretaria de Educação (SE), organizam as ações referentes a AD para a rede municipal de educação. Nesse contexto se fortaleceu uma das ações promovidas pelo Núcleo de DV muito significativas para as pessoas com Deficiência Visual que é a Audiodescrição.

É importante, para conhecimento de todos, que a AD é um recurso de Tecnologia Assistiva a qual atende pessoas com DV para que tenham a compreensão das imagens. Realizar uma AD consiste em transformar as imagens, sejam essas estáticas ou não, em palavras. E, dessa forma, transmitir a informação para os que necessitam desse recurso, como pessoas cegas e com baixa visão. Segundo Motta (2010), além de pessoas com deficiência visual, a AD amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos, já que os signos visuais estão em todo o contexto de mundo. Para os autores Lívia Maria Motta e Paulo Romeu Filho (2010), audiodescrição

É um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual por meio de informação sonora. Permite a equiparação de oportunidades, o acesso ao universo imagético e a eliminação de barreiras

comunicacionais no contexto cultural, educacional e social. (Motta e Filho, 2010, p.11).

Diante do conceito de AD, é possível notar a importância de utilizá-la como instrumento facilitador para as pessoas cegas ou com outras deficiências que necessitam de recursos de áudio para viabilizar a compreensão. Se houver acessibilidade, a pessoa com deficiência terá condições de contribuir com seu papel enquanto cidadão atuante na sociedade em que está inserido. Um dos objetivos da equipe de AD, é promover essa inclusão social da pessoa com deficiência.

Durante o ano, quatorze ações formativas, conhecidas como *lives*, ofertadas pelo canal “Lê mundo” no *youtube*, vinculado a formações ofertadas pela SE, foram audiodescritas pelo Núcleo de DV.

Além da AD, há outras iniciativas ampliadas durante o ano letivo e consideramos que foram de grande importância para a inclusão na rede municipal, como as formações e visitas às escolas com educandos com DV. Essas ações foram planejadas de acordo com as demandas de cada escola para melhor atender as necessidades específicas do aluno. Hora foi realizada com os professores, tanto em visitas como em reuniões pedagógicas. Hora realizada diretamente com as turmas as quais os alunos com DV estavam presentes.

3 - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

No decorrer dessas ações, percebemos como são diversas as experiências do aluno com deficiência na escola. Diante disso, mais uma vez pensamos na necessidade de provocar em toda comunidade escolar reflexões sobre Acessibilidade Atitudinal para que, de fato, houvesse uma conscientização da necessidade de conhecer para então agir com mais ênfase sobre as especificidades que giram em torno das múltiplas pessoas. Cumpre esclarecer, segundo estudos desenvolvidos por Sassaki (2002), que acessibilidade atitudinal se refere à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Partindo do exposto, percebemos, portanto, que os “grupos de deficiências” carecem ser mais investigados. Esses “grupos de deficiências” aqui citados, são

relacionados, muitas vezes, ao olhar único sobre um determinado tipo de deficiência como, por exemplo, a visual. Muitas pessoas ainda acreditam que os cegos estão em um grupo homogêneo e que todos desse grupo irão utilizar dos mesmos recursos de acessibilidade para terem minimamente seus direitos inclusivos garantidos. No entanto, nos deparamos com pessoas cegas diversas que utilizam ou necessitam de distintos recursos para se tornarem mais pertencentes ao ambiente escolar.

Pensando nessas demandas individuais e na tentativa de dissociar essa ideia de “grupos de deficiência”, foi proposto durante o ano letivo um trabalho pautado nas diferentes perspectivas que cada pessoa com a mesma deficiência pode estar inserida. Acreditamos então ser fundamental que os profissionais que trabalham com a educação tenham esse olhar sobre cada indivíduo que lhes chega, pois assim as diferenças serão consideradas ao pensar na flexibilização curricular e de atividades que contemplem esse público valorizando suas especificidades.

Como exemplo, novamente podemos citar um grupo de pessoas cegas ao qual existem indivíduos distintos com experiências de vida diferentes que refletem diretamente no conhecimento prévio de cada um. Em um grupo de cegos pode haver pessoas que usam Braille ou que preferem usar recursos de áudio, uns conhecem e dominam a tecnologia e usam a favor do aprendizado, outros conhecem a tecnologia, mas não têm acesso e temos quem tem acesso, mas não consegue conduzir o uso. Enfim, há muitas combinações que podem ser identificadas dentro do grupo de pessoas que têm a mesma deficiência e muitas vezes são taxados, equivocadamente, como um grupo homogêneo.

Quando se pensa em um grupo homogêneo, muitas vezes permeia a crença de que um material será suficiente para suprir a necessidade de todos. O nosso objetivo foi levar essa discussão a cada local onde participamos e provocar reflexões sobre as diferenças que estão presentes em cada um de nós e a necessidade de conhecê-las para então começar a pensar em como tentar buscar meios para substituí-las através das ações inclusivas. Para tanto, voltamos a pensar na importância das ações Atitudinais para instigar os profissionais da educação a conhecerem primeiro quem são seus alunos, antes de qualquer deficiência, para então começar a pensar em propostas que sejam possíveis para a turma e também no ambiente escolar junto com seus pares. (Rocha; Pletsch, 2015)

Pensando nessa perspectiva do conhecimento como base para a inclusão, buscamos sempre fazer encontros objetivos, porém intensos no tocante a importância de inserir a presença das pessoas com deficiência nas ações para que dialoguem com as propostas ofertadas a elas.

(...) entendemos a inclusão como uma proposta na qual não basta apenas oferecer acesso ao aluno com deficiência e outras condições atípicas na escola, mas é preciso garantir-lhe o direito de participar das atividades educacionais e, conseqüentemente, se desenvolver a partir de propostas de ensino e aprendizagem que levem em consideração as suas especificidades (Rocha; Pletsch, 2015, p. 114).

Pensando nessa amplitude de possibilidades que podem contribuir para a acessibilidade curricular da pessoa com DV, no CAEE também realizamos trabalhos com recursos de baixa tecnologia que são empregados na estimulação tátil e reconhecimento de mundo, ambos são importantes para o aprendizado.

No tocante à importância dos profissionais que trabalham com alunos DV, nossa proposta é de sempre multiplicar nossos conhecimentos e ideias para que possam ser utilizadas ou inspirem outros professores. Sabemos que muitas vezes algumas atitudes não são tomadas por falta de conhecimento do professor sobre o assunto em questão. Além de compartilharmos vários relatos de professores que se desesperam ao receber alunos cegos ou com baixa visão porque não conseguem pensar em alternativas para incluí-los no cotidiano da turma.

É importante que os profissionais da educação compreendam que:

A pessoa com deficiência visual deve ser estimulada em todos os seus sentidos para que, desta forma, possa ter uma maior percepção do mundo e formar conceitos que a levem a despertar suas potencialidades, de modo que possa absorver as informações necessárias na construção do conhecimento. O tato é um dos sentidos que proporciona ao aluno cego informações que possibilitam ao mesmo um aprimoramento das capacidades perceptivas, bem como de organização mental dos objetos que lhe são dispostos. (Santa Catarina, 2011, p. 17)

Para estimular os sentidos da pessoa com cegueira congênita ou adquirida é necessário trabalhar intensamente a estimulação sensorial. A pessoa com baixa visão também necessita desses estímulos, principalmente quando há perda gradativa que pode levar à cegueira.

Pensando nessas demandas, no Seminário de 10 anos do CAEE, foram ofertadas pelo núcleo formações, a saber: “Acessibilidade Atitudinal: base para a ressignificação da pessoa com deficiência PCD na sociedade”; “Audiodescrição: ferramenta indispensável para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade” e “A construção de materiais táteis e a interdisciplinaridade”. A proposta das formações é apresentar possibilidades para trabalhar a DV na prática. Para isso, as oficinas contribuem com vários detalhes que são importantes na adaptação de materiais sensoriais e que interferem diretamente na compreensão dos alunos com DV.

Ainda pensando nessas possibilidades, o núcleo do CAEE Oeste Sudeste também participou de um módulo do Curso de Atendimento Educacional Especializado ofertado pela SE, como público, professoras das salas de Recursos Multifuncionais da rede. Os encontros foram realizados com finalidade de discutir diferentes temáticas. Os professores Rita Matheus e Fludualdo Talis apresentaram recursos de tecnologia assistiva como, por exemplo, leitor de tela e a audiodescrição.

Já as professoras Aline Pedrete e Simoni Tedesco, discutiram sobre a DV na prática e a produção de materiais, com o intuito de fazer um bate papo com as professoras a respeito das ações que elas podem desenvolver para promover culturas inclusivas na escola ao receber os alunos com DV. Foram momentos oportunos baseados na prática que ainda é algo complexo quando nos deparamos com o novo ou diferente.

O núcleo de inclusão participou da “Jornada de Oficinas” promovida pela SE. Foram dois encontros presenciais e dois remotos, as turmas foram divididas em dois grupos que tinham as formações simultâneas. Os professores Fludualdo e Rita levaram um pouco da prática da Acessibilidade Atitudinal, Audiodescrição e Tecnologia Assistiva. As professoras Aline e Simoni apresentaram e fizeram uma oficina de materiais táteis. As formações remotas foram organizadas com atividades práticas sobre as temáticas discutidas. Os retornos das cursistas foram positivos e motivadores para a continuidade das ações e formações.

Para 2023, o Núcleo de Acessibilidade do CAEE enviou para a Secretaria de Educação (SE) a proposta de formação na área da DV com 100 horas, objetivando apresentar teoria, mas dar ênfase às práticas e ações que podem ser promovidas com esse público nas instituições de ensino.

O Núcleo de Acessibilidade também contribuiu com os profissionais de informática da rede que estão auxiliando as escolas com propostas que englobam o uso da tecnologia a favor da acessibilidade. Foram apresentadas questões relacionadas a Acessibilidade Atitudinal para provocar reflexões sobre a condução e tratamento que podem ser necessários a cada pessoa com deficiência.

Outra ação importante foi o primeiro espetáculo teatral acessível em AD e LIBRAS simultaneamente, em Juiz de Fora. A apresentação do grupo de teatro “Caravana de Histórias”, composto por professores da rede municipal de Juiz de Fora, contou com a parceria do CAEE Oeste/Sudeste para a iniciativa da AD em três apresentações da peça “Pedepoesia”.

As pessoas com DV foram recepcionadas pelos profissionais da AD e todos se apresentaram com autodescrição. Em seguida foram conduzidos para a visita guiada para conhecerem o cenário da peça. Tudo isso foi viabilizado através de equipamentos para AD.

Por ser uma ação que emocionou o núcleo de inclusão devido a potência que causou nas pessoas com DV presentes na plateia. Pode-se dizer que a AD no Teatro é considerada um marco para o município de Juiz de Fora.

Outra ação em parceria com os profissionais do Centro Educacional de Jovens e Adultos Dr. Geraldo Moutinho- CEM foi a AD do livro *Hasta la vista books* com a participação da professora Maraíza Marja na narração. A professora Rita Matheus foi até a cidade de Mariana receber com o CEM o prêmio da 11ª Semana Aldravista: Outorgado o Troféu de Mérito Educacional.

Em virtude da necessidade de aprimorar os conhecimentos do núcleo, o CAEE contribuiu com as oficinas ofertadas pelo festival “Primeiro Plano” e cedeu espaço para a oficina sobre “Narração em Cinema”. Os profissionais do Núcleo participaram da oficina que foi dividida entre teoria e prática. A equipe considerou o momento como uma rica oportunidade de aperfeiçoar o trabalho com a AD. Nesse mesmo dia surgiu a ideia de fazer um vídeo de encerramento do ano narrando as experiências e materiais que foram produzidos através do trabalho colaborativo da equipe.

É importante ressaltar a presença do professor Fludualdo em oficinas ofertadas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Percebemos por meio dessas ações a relevância de o professor ir até o meio acadêmico para expor um pouco dos seus conhecimentos que permeiam a práxis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das práticas relatadas, concluímos que muitas ações inclusivas foram desenvolvidas pelo núcleo de inclusão do CAEE no ano de 2022. No entanto, percebemos a necessidade de articular mais recursos para ampliar e fortalecer o trabalho em relação a AD e produção de material em Braille. Para que essas práticas sejam mais potentes, é fundamental dispor de recursos tecnológicos como microfones, fones, sala com isolamento acústico para gravação e equipamento de informática para edição de áudio e vídeo, além da compra de mais receptores para levar aos locais públicos viabilizando o acesso de mais pessoas a AD. Também é necessário folha para impressão Braille e Desktop para as aulas de Informática Acessível e produção de material em Braille.

Mediante os resultados apresentados no presente relato, consideramos a necessidade de ampliação do trabalho no ano de 2023, assim mencionamos algumas ações que estão acontecendo no presente ano.

Em parceria com a SE o Núcleo de DV está promovendo o curso de formação “Deficiência Visual- Recursos para Atendimento ao Educando com Cegueira e Baixa Visão”. Os encontros discutem sobre teoria, porém o foco é a prática. Sendo assim, são promovidas interações entre os professores na busca de vivências significativas ao desenvolvimento dos alunos com DV. No curso são confeccionados materiais que podem facilitar o aprendizado de toda turma.

A parceria do núcleo de DV com o projeto “Matemática para pessoas com deficiência visual 2022”, promovido pelo departamento de exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, também está se ampliando no presente ano com a participação de três alunos que são também atendidos no CAEE. O projeto tem por objetivo promover ações com o uso de recursos de baixa tecnologia que facilitem a compreensão sobre a educação matemática de alunos com deficiência visual da rede pública e privada. Dessa forma, atende as necessidades individuais e os materiais são projetados de acordo com o conteúdo trabalhado em sala de aula, respeitando as etapas em que o aluno se encontra. É importante frisar que a proposta central é construir materiais que possam ser utilizados por toda a turma para que o trabalho seja realizado entre todos os alunos, não focando apenas em

alunos com Deficiência Visual. O envolvimento nessas ações está sendo uma rica fonte de aprendizado para todos, além de fortalecimento do Núcleo de DV.

Em vista aos recursos tecnológicos, os atendimentos realizados com os alunos visam promover a utilização de tecnologia assistiva e informática acessível, na busca de autonomia desse alunos perante aos recursos que podem facilitar o processo de interação com o mundo. Há também o ensino do Braille, que é um sistema de leitura e escrita criado para pessoas cegas, essas se apropriam, através do tato, das letras, números e símbolos representados em células. De acordo com Almeida (2013) a invenção do Braille foi um grande marco na história de pessoas com perda visual, pois nasceu a possibilidade de os cegos terem acesso ao sistema de leitura e escrita independente contribuindo na busca da cidadania plena desses sujeitos.

Para introduzir o Braille também são realizados trabalhos de estimulação sensorial, denominados como Pré-Braille. De acordo com Maruch e Steinle, (2008, p.17), “Para a aprendizagem da leitura e escrita pelo Sistema Braille é imprescindível a aquisição de uma motricidade fina associada ao desenvolvimento perceptível-tátil.”

As atividades voltadas para a fase do Pré-Braille são primordiais ao desenvolvimento sensorial para a futura percepção das células Braille. De acordo com Almeida, “nessa fase, dá-se grande ênfase ao desenvolvimento de um conjunto de capacidades e habilidades que são pré-requisitos para a leitura e a escrita do Sistema Braille.” (Almeida, 2013).

Outra importante conquista foi o início da construção de um estúdio para gravação das audiodescrições no próprio CAEE. Esse recurso facilita e proporciona mais qualidade ao trabalho da Audiodescrição, ampliando a possibilidade de incluir mais pessoas com DV.

Em 2023 há uma sequência nas ações pleiteadas que ganham espaço e autonomia. Novamente evidenciamos que a grandeza do trabalho se torna possível quando se tem profissionais que zelam, acreditam e lutam pela efetivação de culturas inclusivas nos espaços educacionais e públicos do município de Juiz de Fora, sem a parceria da equipe diretiva do CAEE esse relato não seria possível.

Nosso objetivo neste relato de experiência foi divulgar as ações que têm sido realizadas pelos profissionais do CAEE e refletir sobre os impactos que têm provocado no processo de formação continuada de professores e professores, que

de forma direta e indireta impacta o processo de inclusão em educação, principalmente nas escolas municipais de Juiz de Fora.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. da G. de S. (2013). Apostila de alfabetização no Sistema Braille. MEC/IBC, Divisão de Capacitação de Recursos Humanos.

SANTA CATARINA. **Guia prático para adaptação em relevo**. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. SILVA, Jussara da (Coord). - São José: FCEE, 2011. Disponível em:
<https://www.fcee.sc.gov.br/downloads/biblioteca-virtual/publicacoes-da-fcee>

BRASIL. **Decreto nº 3.298** de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 1999. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%95es.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 2004. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5296&ano=2004&ato=e93UTVq5keRpWT529#:~:text=REGULAMENTA%20AS%20LEIS%20N%C2%BAS%2010.048,MOBILIDADE%20REDUZIDA%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS>

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de Novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 2011. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm

BRASIL. **Lei nº. 14.126**, de 22 de março de 2021. Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual. Diário Oficial da União: Brasília, DF. 2021. Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.126-de-22-de-marco-de-2021-309942029>

DOMINGUES, C. dos A. [et al]. **A educação especial na Perspectiva da Inclusão.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: 2010.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7105-fasciculo-3-pdf&Itemid=30192

MARUCH, Maria A. S. STEINLE, Marlizate C. Bi. Alfabetização e letramento do educando cego ou de baixa visão: uma reflexão necessária. Dia a dia da Educação.

Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2348-6.pdf>

ROCHA, Maíra G. de S. da, PLETSCH, Márcia D. **Deficiência múltipla:** disputas conceituais e políticas educacionais no Brasil. Revista Cadernos de Pesquisa: São Luís, v. 22, n. 1, jan./abr. 2015. Disponível em:

<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3077/1447>.

SÃO PAULO. **Audiodescrição: Transformando Imagens em Palavras.** MOTTA, Lívia M. V. M., ROMEU FILHO, Paulo. (org.) São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-Transformando-Imagens-em-Palavras.pdf>

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão:** acessibilidade no lazer, trabalho e educação.

Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319